

RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.418 - PR (2017/0025495-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ UFPR
RECORRIDO : WOLODYMIR KULCZYNSKYJ
ADVOGADO : LÍGIA MARA LIMA CORRÊA E OUTRO(S) - PR026166

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal do Paraná – UFPR, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 210):

EMBARGOS INFRINGENTES. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA. GED. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

A citação válida na ação coletiva é causa interruptiva da prescrição para as ações individuais propostas pelos potenciais beneficiários daquela. Precedentes.

Os embargos de declaração foram providos apenas para fins de prequestionamento (e-STJ, fls. 229-231).

Sustenta a recorrente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 1.022, II, do CPC/2015.

No mérito, alega que não há que se falar em interrupção de prazo prescricional em face do ajuizamento de ação coletiva, eis que os efeitos desta não se estendem para aqueles beneficiários que optam por ajuizar ação individual, conforme exegese do art. 104 da Lei n. 8.078/1990.

Ainda que se reconhecesse a interrupção da prescrição pela ação coletiva proposta pelo sindicato em 16/9/2005, a presente demanda estaria prescrita pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 251):

Ora, se a gratificação postulada na presente demanda foi extinta em 02/2008, o autor deveria ter ajuizado a ação até 02/2013, quando ainda poderia cobrar o montante devido desde 16/09/2000, na hipótese de se considerar a interrupção da prescrição promovida pela ação coletiva em seu benefício. Como ajuizou a demanda somente em 21/05/2013, é imperioso concluir que se encontra prescrito o próprio fundo de direito, não trazendo qualquer benefício ao autor a tese de que a ação coletiva teria interrompido a prescrição também para si.

Contrarrrazões às e-STJ, fls. 256-266.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

O recurso não merece prosperar.

O acórdão combatido posicionou-se em consonância com a jurisprudência consolidada desta Corte, no sentido de que a ação coletiva interrompe o prazo prescricional, de modo que tão somente após o trânsito em julgado da decisão nele proferida é que voltará a fluir a prescrição para a propositura de ações individuais.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. 1. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. AJUIZAMENTO DE LIQUIDAÇÃO COLETIVA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERRUÇÃO DO PRAZO. SÚMULA 83/STJ. 2. TESE DE QUE O PARQUET NÃO PROMOVEU A LIQUIDAÇÃO EM BENEFÍCIO DOS CONSUMIDORES. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 3. VIOLAÇÃO AO ART. 202 DO CC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO DO DEVEDOR NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O ajuizamento de ação de execução coletiva pelo legitimado extraordinário (no caso o Ministério Público autor da respectiva ação coletiva) interrompe a contagem do prazo prescricional, não havendo que se falar em inércia dos credores individuais.

Precedentes.

2. O acolhimento da tese ventilada pela recorrente - no sentido de que a liquidação promovida pelo Ministério Público não teve o condão de interromper o prazo prescricional para as liquidações individuais, uma vez que o parquet foi bem elucidativo, "na petição inicial da sua liquidação, sobre não estar atuando como substituto processual e não estar promovendo liquidação coletiva" (e-STJ, fl. 244) -, demandaria o reexame dos fatos e das provas dos autos, o que é vedado pelo disposto na Súmula 7/STJ.

3. Incidem as Súmulas 282 e 356 do STF à espécie, porquanto ausente o prequestionamento do art. 202 do CC.

4. É iterativo o entendimento firmado nesta Corte Superior, por ocasião do julgamento do REsp n. 1.361.800/SP, proferido sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, segundo o qual os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da ação coletiva.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.340.673/MS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/6/2019, DJe 13/6/2019)

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. TETOS. EMENDAS 20/98 E 41/03. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. AÇÃO INDIVIDUAL. ATRASADOS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SÚMULA 85/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

1. A questão relativa à aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 possui contornos constitucionais, tanto que é objeto de decisão sob o regime da Repercussão Geral na Corte Suprema (RE 564.354, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJ 15.2.2011).
2. A discussão de matéria constitucional afasta a competência do STJ, já que o exame da violação de dispositivos da Constituição Federal é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.
3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a propositura de Ação Coletiva interrompe a prescrição apenas para a ajuíza da ação individual. Em relação ao pagamento de parcelas vencidas, a prescrição quinquenal tem como marco inicial o a apresentação da ação individual. Logo, deve ser liquidado apenas o quinquênio anterior ao ajuizamento da ação individual.
4. Agravo Interno não provido.
(AgInt no REsp 1.751.158/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 11/3/2019)

Ademais, o fato de a verba pleiteada ter sido extinta antes do término da ação coletiva não modifica a prescrição, pois, enquanto pendente a referida ação, o prazo prescricional se encontrava interrompido.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator